

Desenvolvimento rural e gênero: as ocupações e rendas das mulheres das famílias agrícolas e rurais paranaenses¹

Jefferson Andronio Ramundo Staduto²

Marcelino de Souza³

Carlos Alves do Nascimento⁴

Yonissa Marmitt Wadi⁵

Resumo: Este trabalho examina o comportamento das ocupações e das fontes de rendas das mulheres ocupadas nas famílias agrícolas e rurais no Estado do Paraná utilizando-se como base as tabulações especiais dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) do período 2001 a 2005. As estimativas mostraram que na região rural como um todo o número de mulheres ocupadas nas famílias agrícolas e rurais decresceu significativamente, porém houve um aumento significativo do número de mulheres ocupadas nas atividades de não-agrícolas dentro do universo das famílias conta-própria e de empregados o que tem permitido um estancamento do êxodo agrícola. Além disso, as evidências empíricas permitem afirmar que o envolvimento das mulheres em atividades não-agrícolas com participação do trabalho doméstico se estancou e, em um dos grupos reduziu-se, evidenciando melhores oportunidades em trabalho menos precário e, fundamentalmente, a possibilidade de inserção da mulher em ocupações que não se constituam uma simples continuação do trabalho do seu lar, de tal ordem que abrem oportunidades de problematização das relações de gênero. Verificou-se também uma participação expressiva das fontes de renda não-agrícola e de transferências sociais na forma de aposentadorias e pensões entre as mulheres das famílias pertencentes ao universo da agricultura familiar. Conclui-se pela necessidade de que as relações de gênero sejam consideradas nas formulações de políticas públicas e nas organizações rurais.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, gênero, mulher, ocupações rurais.

Abstract: This paper analyzed the behaving of the women's occupation and income search in the agriculture and rural household in the State Paraná. For this analyzing was used the micro-dates of the National Survey of Household Samples from 2001 to 2005. The estimations revealed that decreased the number of occupation women into agriculture and rural household, however there is growing the number of women occupation in the no-agriculture activities into small farm and employees families. This situation allowed interrupting agriculture exodus. This research evidenced the reducing of the women participation in the domestic services and consequently increasing on opportunity of good job that are not continuation hers house work and opening opportunity for question about gender problem. This research revealed that

¹ Esta pesquisa conta com o apoio do MCT/CNPq, Edital Nº 50/2006 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD/MDA). Contudo, as afirmações nela contida são de inteira responsabilidade dos autores.

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

⁴ Universidade Federal de Uberlândia

⁵ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

retirement and pensions are important no-agriculture search of monetary income for women in the household farm. It is conclusion by necessity that the gender relations must be to into account in public policy formulation and rural organizations.

Key-words: rural development, gender, woman, rural occupation.

Área V - População e Mercado de Trabalho Paranaense

1 - Introdução

As transformações tecnológicas implantadas por políticas setoriais a partir da década de 1970 refletiram em várias dimensões no meio rural, mas alguns fenômenos se manifestaram de forma mais claramente na década de 1990. Primeiramente, a redução da magnitude dos postos de trabalho agrícola de forma abrupta que pode ser visto como um novo ciclo de inovação tecnológica, no qual os equipamentos agrícolas substituem a habilidade humana, tais como no corte da cana, colheita de café e laranja e outras culturas tropicais (STADUTO, SHIKIDA e BACHA, 2004).

Neste sentido, Libardi e Delgado (1999) apontaram que os quatro principais vetores sobre os quais transcorreram este processo de redução do emprego agrícola foram as duas décadas de taxas de crescimento econômicos inferiores ao crescimento populacional; as modernizações tecnológicas no processo de produção agrícola⁶ que aumentaram substancialmente a produtividade do trabalho; o acirramento da concorrência com a abertura comercial; e políticas de valorização cambial e de juros sob uma lógica avessa à produção nacional.

Acrescentaríamos um quinto aspecto que se refere a um movimento de deslocamento inter-regional de algumas atividades agroindustriais e produtivas para outras regiões do País⁷, um elemento novo que se denomina “deslocalização” agroindustrial (SOUZA, 2004).

Outro importante fenômeno que vem sendo analisado pela literatura é o aumento consistente de diferentes tipos de famílias rurais (empregadores, contápróprias, assalariados) com indivíduos ocupados em atividades agrícolas e/ou não-agrícolas no Brasil. O meio rural, portanto, não é mais apenas espaço para a produção agropecuária, mas também de outras atividades econômicas, e, atualmente, para muitas pessoas é apenas um local de residência, porque também aumenta o número de famílias de não-ocupados.

Todas essas situações revelam um espaço rural mais complexo e menos dependente das atividades exclusivamente agrícolas. As famílias pluriativas, ou seja,

⁶ Neste aspecto é interessante observar que os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foram os que apresentaram maior incidência da modernização da base técnica de produção agrícola (KAGEYAMA e LEONE, 2002).

⁷ Como enfatizou Suzuki Jr. (2001, p.14), esse processo ocorreu em função de algumas ações governamentais específicas de favorecimento à expansão de cultivos em outras regiões do país com impactos de magnitudes ainda não totalmente previsíveis sobre as regiões produtoras tradicionais.

com membros ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas são interpretadas por muitos autores como uma estratégia de viabilizar a agricultura familiar, ou simplesmente reação a situações de pobreza rural, como é o caso notável da região Nordeste (NASCIMENTO, 2005).

O desenvolvimento rural ou territorial⁸ pode estar associado à expansão das famílias pluriativas e não-agrícolas, pois as pesquisas revelam que ambos os tipos familiares têm renda superior às famílias exclusivamente agrícolas (Nascimento, 2002 e 2005). Osakabe (2005) verificou, a partir da análise dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domicílio - PNAD, que nas famílias pluriativas a participação das mulheres ocupadas pode ser mais significativa, sustentando que a pluriatividade entre os membros da família se deve ao trabalho provavelmente das mulheres.

Nascimento (2002) aponta que o serviço doméstico remunerado é a principal atividade não-agrícola que as mulheres ocupam no meio rural, o qual é uma atividade precária e com grande grau de informalidade. Melo e Di Sabbato (2005) argumentam que as mulheres no meio rural brasileiro também têm nível de instrução superior ao dos homens; tal situação abre uma janela de oportunidade para responderem a políticas públicas e de inserção ao mercado de trabalho. No entanto, no mercado do trabalho elas têm em média rendimentos inferiores aos dos homens, o que demonstra uma situação de discriminação de gênero.

No espaço privado, dentro das relações familiares, a divisão social do trabalho construído na agricultura familiar pode ser rompida ou fortemente alterada com a renda proveniente da ocupação das mulheres em atividade não-agrícola. Este fato promove o movimento de inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho, semelhante ao que já vem ocorrendo com as mulheres urbanas.

Na agricultura familiar as mulheres de famílias pluriativas estão mais integradas ao mercado de trabalho não-agrícola, todavia, apresentam rendimentos menores em relação aos dos homens. Mas, qualquer tentativa de mudança desta situação pode gerar efeitos deletérios no indivíduo e na renda familiar. Segundo

⁸ Desenvolvimento territorial consiste num processo de transformação produtiva e institucional em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território à mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem os propósitos de estimular e facilitar a interação e a concentração dos atores locais entre si e entre eles com os agentes externos relevantes, assim como de incrementar as oportunidades para que a população pobre participe do processo e de seus benefícios (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2003).

Monsen (2004), normalmente, a renda da mulher na grande maioria é direcionada à educação e alimentação dos demais membros das famílias sem renda, tais como os filhos, de tal forma que reduz o risco social da família. Silva et al. (2005) destacam que o envolvimento das mulheres rurais em atividades não-agrícolas (no caso, o turismo rural) gera remuneração que lhe garante independência financeira para gastar em “suas coisas” ou para ajudar nas contas de casa.

Osakabe (2005) verificou que no Sul do país a quantidade de famílias que têm mulheres ocupadas em alguma atividade econômica entre os seus membros é de cerca de 20%. Segundo constatação da autora, nessa região as atividades não-agrícolas têm absorvido importante parcela da População Economicamente Ativa - PEA rural. No Estado do Paraná essas informações são pouco conhecidas. Além disso, deve-se considerar que este Estado teve sua dinâmica econômica fortemente impactada pela modernização da agricultura, e estão em curso no meio rural nesse Estado ajustamentos que estão provocando profundas alterações nas ocupações agrícolas e não-agrícolas e a relação de gênero é um elemento importantíssimo no processo de desenvolvimento sócio-econômico.

A mulher no mercado de trabalho sofre discriminação de forma direta no âmbito salarial e de forma indireta no interior das próprias firmas, pois tendem a ser preterida na ascensão hierárquica das empresas ou mesmo não são contratadas. Além disso, as mulheres sofrem forte segregação pela preferência dos empregadores contratarem funcionárias para as funções associadas às atividades de prestação de serviço, e isto fica mais claro para os serviços domésticos e, por outro lado, elas procuram essa ocupação em decorrência à forte demanda. Segundo Soares (2000), as mulheres de renda mais baixa apresentam maior discriminação salarial e podemos acrescentar que as que exercem as atividades de serviços domésticos estão fortemente associadas a trabalho precário e baixo salário.

A situação descrita pode se tornar mais grave do ponto de vista das oportunidades que refletem diretamente a relação de gênero⁹ nas unidades familiares. As mulheres tendem a ampliar a sua jornada de trabalho quando trabalham fora da propriedade rural. Além do trabalho ser de natureza precária devido à segregação produtiva, acrescenta-se o trabalho não-remunerado de

⁹ Para o INSTRAW/ONU (1995, p. 15), “gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico. O sexo biológico é dado pela natureza; o gênero é construído”.

manutenção da propriedade agrícola e o cuidado dos demais membros da família, conforme o processo socialmente construído para elas serem responsáveis pela reprodução na família.

Adicionalmente cabe mencionar também que a discussão de gênero e desenvolvimento rural é recente na literatura, o que não se pode dizer acerca da questão de gênero e desenvolvimento agrícola. Ademais, a consideração de relações de gênero na discussão sobre a “nova ruralidade¹⁰” pode se constituir numa contribuição importante no enfrentamento dos problemas atuais das áreas rurais, em especial, no Estado do Paraná.

O objetivo dessa pesquisa é examinar o trabalho da mulher residente em áreas rurais, no Estado do Paraná no período de 2001 a 2005, quanto aos aspectos da ocupação e da renda. Especificamente procurar-se-á: verificar os tipos de ocupações das mulheres nos distintos tipos de famílias rurais; Identificar nos tipos de famílias rurais a presença de *mulheres ocupadas* e a sua evolução; analisar a participação da renda oriunda do trabalho feminino na composição da renda familiar total.

2 - Metodologia da Pesquisa

2.1 - A Unidade de Análise

No que diz respeito à unidade de análise utilizada esta é a chamada *família extensa* que comporta além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Desta forma, procurou-se construir, uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

Foram deixados de lado, na análise, os pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio os empregados domésticos e seus parentes. A composição da família extensa se deu através da junção dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”.

Essa opção metodológica se deve a duas razões: Primeiro, a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração

¹⁰ Trata-se de um conceito cuja abrangência transborda a difusão de atividades não-agrícolas no meio rural, pois inclui uma noção de desenvolvimento regional fundado na integração sistêmica de atividades dos distintos setores da economia e envolve a noção de desenvolvimento com base nos recursos locais (LAURENTI, 2000, p.2).

agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos seus membros, o que leva a que a gestão da unidade de produção venha se tornando crescentemente individualizada mesmo naquelas regiões onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território.¹¹

2.2 - Tipos de Famílias e o Trabalho da Mulher

Para a construção da tipologia de famílias utilizaremos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, obtidos em CD-ROM para os anos 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. A inserção na atividade econômica (agrícola e não-agrícola) das mulheres dos tipos de famílias rurais será analisada com base nas seguintes variáveis: setor de atividade e rendimento na ocupação principal.

A pesquisa terá como universo de análise diferentes *tipos de famílias* classificadas da seguinte forma: 1) Pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria, assalariado): Famílias empregadoras: se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora; Famílias conta-própria: não havendo nenhum membro empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria; Famílias assalariadas: na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado como tal na semana de referência da PNAD. 2) Pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não agrícola, pluriativo): Famílias agrícolas: pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, ou todos os membros exercerem atividades agropecuárias como ocupação principal; Famílias pluriativas: pelo menos um membro ocupado na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor econômico, ou exerce dupla atividade agrícola (principal e secundária) na semana de referência da pesquisa; Famílias não-agrícolas: pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura.

¹¹ A esse respeito ver o trabalho de Brun (1989).

Assim, por exemplo, se numa família de conta-próprias houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de *conta-própria agrícola*. Caso a referida família de conta-própria tiver pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor, essa seria uma família de *conta-própria pluriativa*. É considerada família de conta-própria pluriativa “tradicional” no caso de combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não consideramos pluriativa “tradicional” a família de assalariados que tem dois, ou mais, membros assalariados agrícolas¹²). Se o caso fosse de pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura, essa seria uma família de *conta-própria não-agrícola*. As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores. Essa tipologia de famílias é a mesma construída pelo Projeto Rurbano (IE/NEA/UNICAMP).

Utilizaremos o *software* SPSS (*Statistical Package for Social Science*) para realizar as transformações nas variáveis originais da PNAD necessárias para a construção de outras variáveis indispensáveis para a geração das tabulações que serão desenvolvidas: tipologia de famílias (posição na ocupação e ramo de atividade), recortes de áreas censitárias (rural não-metropolitano), renda total familiar, renda média familiar, renda *per capita* familiar, gênero, etc...

Por ser uma pesquisa anual, a PNAD possibilita uma análise temporal das variáveis que lhe são pertinentes. Com isso, podem ser construídas séries históricas das variáveis que serão analisadas no estudo. Na presente pesquisa trabalharemos apenas com o período 2001 a 2005; primeiro, por ser os últimos anos disponibilizados pelo IBGE/PNAD; segundo, porque a partir de 2002 a Classificação Brasileira de Ocupação – CBO-Domiciliar – e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE-Domiciliar – passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. Essa alteração acarretou profundas divergências entre vários tipos de atividades captadas até a PNAD de 2001 (Nascimento, 2005).

Outra classificação importante para a realização da pesquisa consistirá na delimitação dos domicílios urbanos e rurais. Graziano da Silva (1999) explica que, com o objetivo de superar a dicotomia rural-urbana, a qual prevaleceu até a última

¹² A idéia subjacente é que, se o indivíduo já é assalariado e tiver outro trabalho secundário como assalariado agrícola, continuará sendo assalariado agrícola.

PNAD dos anos 1980 (1990), e, também, buscando reduzir as distorções nos dados provocadas pela não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE, a partir do Censo Demográfico de 1991, introduziu novas aberturas para os domicílios, de forma a captar com mais detalhes as áreas do *continuum* rural-urbano, mantendo a situação legal, mas também distinguindo níveis diferenciados de densidade demográfica e acesso a serviços. Desse modo, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) Áreas Urbanas (Urbanizadas): áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios. Como urbanizadas são classificadas: i) as áreas com construções, arruamentos e intensa ocupação humana; ii) as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, tais como áreas de lazer, aterros, etc.; iii) as áreas reservadas à expansão urbana e adjacentes às áreas anteriores; 2) Áreas Urbanas Não-Urbanizadas: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas (não contíguas àquelas dos itens 1.i e 1.ii acima); 3) Áreas Urbanas Isoladas: casos de vilas e distritos, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município.

A propósito dos aglomerados rurais, dois critérios foram considerados: o tamanho e a densidade dos mesmos. A partir desses critérios classificou-se: 4) Áreas Rurais – Extensão Urbanas (critério de *contigüidade*): áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios (com distância inferior a 1 km), resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram incorporadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) Áreas Rurais – Povoados: aglomerações no espaço rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis, ou disposto ao longo de uma via de comunicação, e com serviços para atender seus moradores, do seguinte forma: pelo menos um estabelecimento comercial vendendo bens de consumo e pelo menos dois dos três serviços seguintes: estabelecimento de ensino de segundo grau, posto de saúde, templo religioso de qualquer credo; 6) Áreas Rurais – Núcleo: é o aglomerado rural isolado (com mais de 10 e menos de 51 domicílios), cujo solo pertence a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), e que dispões ou não de serviços ou equipamentos definidores dos povoados; 7) Áreas Rurais – Outros: são

os aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário; 8) Áreas Rurais – Exclusive: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se assim como as áreas rurais propriamente ditas.

Para o objetivo do presente projeto de pesquisa nos concentraremos nas categorias que envolvem as áreas rurais; ou seja, agruparemos, em uma só, as áreas 4, 5, 6, 7 e 8, da classificação do IBGE, e melhor definida em Nascimento (2002). Neste estudo consideraremos apenas as famílias rurais residentes nas áreas não-metropolitanas¹³.

3 - Resultados e Discussões

3.1 - Formas e Tendências de Ocupação das Mulheres nas Famílias Agrícolas e Rurais

A Tabela 1 apresenta as informações sobre a evolução do número de mulheres ocupadas nos diferentes tipos de famílias. Inicialmente pode-se verificar que o número de mulheres ocupadas no meio rural paranaense no ano de 2005 era de aproximadamente 224 mil pessoas, com tendência altamente significativa de diminuição de 2,9% ao ano no período 2001-2005.

A maior parte deste contingente de pessoas ocupadas do sexo feminino pertencia ao grupo de famílias de conta-própria, ou seja, aproximadamente 71% do total, ou mais precisamente cerca de 160 mil mulheres. Ou seja, é a agricultura familiar que comporta o maior número de mulheres ocupadas no meio rural paranaense. Apesar disso, verifica-se que as mulheres deste grupo de famílias encontram-se em franco e significativo declínio uma vez que apresenta uma tendência de 5,2% ao ano.

Esta tendência de queda no número de mulheres neste grupo de famílias deve-se provavelmente à redução forte e significativa do número de mulheres do grupo das famílias de conta-própria agrícola, que no ano de 2005 representavam cerca de 59% em relação ao total de famílias de conta-própria. Em outras palavras,

¹³ Outro fator para não se analisar as áreas metropolitanas é que, segundo Cromartie e Swanson (1996), a expansão das grandes cidades localizadas nas regiões metropolitanas torna muito “borrada” a distinção entre o rural e o urbano, dificultando as análises (é como se fosse formada uma grande área “homogênea” entendida pelo seu caráter urbano – toda a dinâmica é dada pelo caráter metropolitano dessa área contínua).

é na agricultura familiar (famílias com atividades exclusivamente agrícolas) que se verifica uma redução substancial do número de pessoas do sexo feminino. Diante disso, pode-se afirmar que as atividades agrícolas nos anos recentes não são capazes de assegurar a permanência das mulheres no rural paranaense.

Outro aspecto a ser descrito é a forte e significativa tendência de aumento do número de mulheres do grupo de conta-própria envolvidas em atividades exclusivamente não-agrícolas. Apesar de, em números absolutos ser composto por apenas cerca de 10 mil mulheres no ano de 2005 (aproximadamente 6% em relação ao total de famílias conta-própria) ele é um grupo importante, pois se não houvesse essa tendência de aumento, provavelmente a redução do número de mulheres ocupadas na atividade agrícola poderia certamente ser muito maior. Ou seja, são as atividades não-agrícolas das famílias de conta-própria que estão impedindo uma redução mais ampla do número de mulheres ocupadas no rural paranaense.

Em relação às famílias conta-própria pluriativas as mulheres compõem um contingente importante deste grupo de famílias. No ano de 2001 representavam 25% em relação ao número total de mulheres ocupadas das famílias de conta-própria, já em 2005 representava 34%, porém sem apresentar tendência significativa de crescimento ou decréscimo no período analisado. Considerando todas as famílias que possuem mulheres que exercem algum tipo de atividade não-agrícola na agricultura familiar alcançamos um número bastante representativo, em 2001 representavam cerca de 23% e no ano de 2005 chegou em 33% em relação ao total.

Tabela 1 - Evolução das mulheres ocupadas (conceito restrito ou usual) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação: Paraná, 2001-2005. (1.000 mil)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (% a.a.)	
						2001/2005 ^a	
NÃO METRO RURAL AGROPECUÁRIO							
Empreg. com + de 2 emp.	1	0	1	1	1	-	-
Pluriativo	0	0	1	1	0	-	-
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	0	0	1	0	0	-	-
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	1	0	-	-
Não-agrícola	1	0	0	0	1	-	-
Empreg. com até 2 emp.	8	4	2	10	8	12,6	
Agrícola	5	2	1	6	4	6,5	
Pluriativo	3	2	2	2	4	-	-
<i>Agrícola+Agrícola</i>	1	1	0	1	1	-	-
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	2	1	2	1	4	-	-
Não-agrícola	0	0	0	2	1	-	-
Conta-Própria	189	192	189	158	160	-5,2	**
Agrícola	134	126	131	94	95	-9,2	**
Pluriativo	48	62	50	53	55	0,9	
<i>Agrícola+Agrícola</i>	12	14	11	19	12	3,0	
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	23	37	31	27	37	6,4	
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	9	8	8	4	5	-	-
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	5	3	0	4	1	-	-
Não-agrícola	7	5	7	10	10	16,2	**
<i>Não-agrícola</i>	5	4	5	9	8	17,8	**
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	1	2	1	2	-	-
Empregados	53	49	54	60	55	3,0	
Agrícola	20	13	20	22	15	0,3	
Pluriativo	15	21	19	14	14	-6,2	
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	5	9	8	4	8	-1,8	
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	9	11	8	8	5	-12,5	*
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab. Dom.</i>	1	0	2	2	1	-	-
Não-agrícola	17	16	16	25	26	13,3	**
<i>Não-agrícola</i>	9	7	8	11	17	19,4	**
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	8	9	7	13	9	5,3	
TOTAL	251	246	246	229	224	-2,9	***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Junho 2007.

A fim de efetuarmos uma comparação apresenta-se a Tabela 2 a qual mostra as informações sobre a evolução do número de homens ocupados nos diferentes tipos de famílias. Inicialmente vale ressaltar a superioridade numérica do número de homens ocupados em áreas rurais, ou seja, eles representam cerca de 68% da mão-de-obra ocupada o que já era esperado devido ao tipo de trabalho existente nas áreas rurais os quais demandam principalmente força física.

Tabela 2 - Evolução dos homens ocupados (conceito restrito ou usual) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação: Paraná, 2001-2005. (1.000 mil)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (% aa.)	
						2001/2005 ^a	
NÃO METRO RURAL AGROPECUÁRIO							
Empregadora com mais de 2 empregados	3	4	4	4	4	-	-
Agrícola	1	1	1	1	1	-	-
Pluriativo	0	0	1	4	0	-	-
Não-agrícola	2	2	2	0	2	-	-
Empregadora com até 2 empr	17	10	13	19	19	9,4	
Agrícola	12	5	8	9	11	3,1	
Pluriativo	3	5	4	7	5	-	-
Não-agrícola	1	0	1	3	3	-	-
Conta-Própria	335	328	305	305	280	-4,2	***
Agrícola	230	208	210	190	181	-5,5	***
Pluriativo	91	107	75	96	82	-3,2	
<i>Agrícola+Agrícola</i>	30	33	19	35	21	-5,7	
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	48	64	47	53	54	0,2	
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	9	8	9	5	5	-	-
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	4	2	0	4	1	-	-
Não-agrícola	14	14	20	20	17	6,9	
<i>Não-agrícola</i>	13	13	16	18	15	7,1	*
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	1	4	2	1	-	-
Empregados	151	143	164	153	163	2,3	
Agrícola	88	74	101	102	94	4,6	
Pluriativo	26	31	30	15	28	-5,7	
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	13	18	20	7	20	-1,9	
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	10	13	8	8	7	-12,0	*
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	3	0	2	0	2	-	-
Não-agrícola	37	38	33	36	41	1,8	
<i>Não-agrícola</i>	30	30	21	26	29	-1,9	
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	7	8	11	11	12	14,4	***
TOTAL	506	485	485	482	466	-1,7	***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família om menos de 5 observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IE/UFU, Fevereiro 2006.

Entretanto, nota-se uma tendência muito confiável de queda de 1,7 % ao ano do número de homens ocupados no rural paranaense no período 2001-2005. Chama atenção também que esta tendência de queda ocorre principalmente devido à redução significativa do número de homens ocupados nas famílias de conta-própria (4,2%), mas especialmente dos homens ocupados das famílias de conta-própria agrícolas (5,5%).

Outro fato que merece destaque é que os homens pluriativos nas famílias por conta-própria apresentam também uma retração (ainda que não significativa), mas ocorre um crescimento confiável do número de homens ocupados em atividades não-agrícolas. Em resumo, pode-se afirmar que a redução do número de homens ocupados nas áreas rurais paranaenses se deve a redução significativa dos homens ocupados no universo da “agricultura familiar”. Esta redução somente não é maior porque existe um envolvimento das mulheres em atividades exclusivamente não-agrícolas no período 2001-2005. A mesma pode ser explicada com base no argumento de Vasconcelos e Castro (1999, p.44), ou seja, como decorrência do reduzido dinamismo econômico que se encontra uma parcela, ainda muita elevada, da população residente em municípios rurais, envolvidos com produção de artigos não-transacionáveis nos mercados internacionais.

Ao se analisar ainda o grupo de famílias de empregados na Tabela 2 pode-se verificar uma informação importante: o crescimento muito confiável e significativo do número de homens ocupados em atividades exclusivamente não-agrícolas da ordem de 14,4% ao ano. E esse crescimento ocorre nas famílias de empregados não-agrícolas que combinam atividade não-agrícola e trabalho doméstico remunerado, ou seja, é entre os homens rurais paranaenses que cresce o envolvimento com ocupações de caráter precário, o que nos parece muito surpreendente já que o trabalho doméstico é caracterizado na literatura como tipicamente uma ocupação feminina.

Como já foi observado anteriormente é nas atividades não-agrícolas que ocorre uma maior expansão entre mulheres. Isto evidencia uma tendência de diversificação das ocupações do trabalhador e trabalhadora. No entanto, as mulheres parecem acelerar o comportamento de envolvimento em atividades não-agrícolas.

Como já foi mencionado por vários autores, o desenvolvimento rural ou territorial pode estar associado à expansão das famílias pluriativas e não-agrícolas, pois as pesquisas revelam que ambos os tipos familiares têm renda superior às famílias exclusivamente agrícolas. Nas famílias não-agrícolas a participação das mulheres ocupadas está aumentando significativamente em relação aos homens. A trabalhadora residente no meio rural pode estar sustentando a pluriatividade e a presença das atividades não-agrícolas entre os membros da família e este fato deve estar sendo fundamental para "estancar" o êxodo "agrícola" que se verifica no rural paranaense entre homens e mulheres, em especial, na agricultura familiar.

Ainda sobre a Tabela 1, observa-se que as mulheres das famílias pluriativas com pluriatividade desejada (combinação de atividade agrícola e atividade não-agrícola) eram as que possuíam maior representatividade no conjunto das famílias pluriativas, ou seja, constituíam um conjunto de aproximadamente 37 mil pessoas no ano de 2005, ou seja, 67% do total de mulheres das famílias pluriativas.

Esse dado é extremamente importante do ponto de vista da qualidade de trabalho, porque a atividade não-agrícola na ocupação de doméstica tende a ser muito precária e pouco agrega nas relações gênero, porque é praticamente uma extensão do seu próprio lar reproduzindo as tarefas realizadas na sua moradia. Além disso, as oportunidades de inserção da mulher no mercado de trabalho e, principalmente, participar das organizações que cercam o mundo do trabalho, tais como sindicatos, associações e o próprio ambiente laboral é praticamente inexistente no lar de outra família. De tal ordem, que cria pouca oportunidade dessa mulher rural ter contato com os avanços e conquistas criados pelo movimento feminista urbano brasileiro.

A idéia de desenvolvimento sócio-econômico necessariamente precisa tomar em conta o processo qualitativo das relações gênero no trabalho e nas famílias, principalmente na agricultura familiar em que renda tem um fundo em comum. Várias atividades que inicialmente são complementares passam ter um papel relevante na renda da família como a agroindústria familiar rural¹⁴, a produção de leite, o artesanato, o turismo e outros, que em muitos casos são inicialmente as mulheres as responsáveis. As relações gênero, ou seja, papéis determinados pelos contextos social, econômico e político na organização e divisão do trabalho da agricultura familiar devem ser problematizadas e questionadas. Caso não sejam pode afetar o desempenho das atividades exercidas pelos seus membros os quais interferem diretamente na qualidade de vida dos membros das famílias. Deve-se ressaltar do ponto de vista do desenvolvimento que o forte sistema patriarcal vigente no meio rural pode contribuir na supressão de algumas liberdades individuais das mulheres.

O grupo de famílias de empregados é o segundo maior grupo em termos de importância do número absoluto e relativo de mulheres entre os tipos de famílias. Pode-se observar que no ano de 2005 as famílias de empregados apresentavam 55 mil mulheres ocupadas, que em relação ao total de famílias representavam aproximadamente quase $\frac{1}{4}$ do número de mulheres ocupadas, todavia sem

apresentar tendência significativa de aumento ou queda. Destas 55 mil mulheres, quase a metade delas estavam envolvidas em atividades exclusivamente não-agrícolas (26 mil mulheres ocupadas) no ano de 2005. Essas mulheres ocupadas nas famílias exclusivamente não-agrícolas apresentavam uma forte e significativa tendência de crescimento no período considerado de aproximadamente 13,3% ao ano. Para as mulheres ocupadas nas famílias pluriativas – *agrícola+trabalho doméstico* – há clara tendência de redução na ordem de 12,5% ao ano, e semelhante ao que foi apresentado e discutido anteriormente para as famílias de conta-própria, a redução da ocupação das mulheres no trabalho doméstico tem potencial significado para o pleno desenvolvimento rural.

Complementarmente, a Tabela 1 ainda fornece duas outras informações importantes com relação ao grupo de famílias de empregados: a primeira diz respeito à presença de mais de 27% de mulheres ocupadas em famílias agrícolas; e a segunda informação relevante é a constatação da presença de cerca de ¼ de famílias pluriativas.

Em relação aos outros tipos de famílias (empregadoras com até dois empregados e com mais de dois empregados) as informações disponíveis apontam para magnitude inexpressiva de mulheres ocupadas, sendo que em alguns casos a insuficiência de informação dificulta uma análise mais aprofundada.

Ao se tentar fazer uma síntese das informações apresentadas podemos afirmar que: existe uma redução significativa de mulheres ocupadas no rural não-metropolitano paranaense e que essa redução ocorre principalmente no universo da chamada agricultura familiar.

A Tabela 3 apresenta as informações acerca do número médio de mulheres ativas na região não-metropolitana rural do Estado do Paraná no período 2001-2005. Como se pode observar no número total o número médio de mulheres ocupadas é relativamente baixo situando-se ao redor de 1 (um) com uma tendência confiável de redução no período analisado. Essa tendência de redução verificada provavelmente decorre das reduções (ainda que não significativas) no número médio de mulheres ativas nas famílias de conta-própria, mas também no grupo de famílias de empregados.

¹⁴ Ver mais em Amarin (2007).

Tabela 3 - Evolução do número médio das mulheres ativas (conceito restrito ou usual) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação de seus membros: Paraná, 2001-2005

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2001	2002	2003	2004	2005	tx cresc. (% a.a.)	
						2001/2005 ^a	
NÃO METRO RURAL AGROPECUÁRIO							
Empregadora com até 2 empregados	1	1	0	1	1	0,3	
Agrícola	1	0	0	1	0	-3,0	
Pluriativo	1	1	1	1	1	-	-
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1	1	1	1	1	-	-
Conta-Própria	1	1	1	1	1	-2,4	
Agrícola	1	1	1	1	1	-4,6	*
Pluriativo	1	1	1	1	1	0,7	
<i>Agrícola+Agrícola</i>	1	1	1	1	1	5,7	**
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1	1	1	1	1	3,5	
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	2	2	2	1	1	-	-
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	2	3-		2	2	-	-
Não-agrícola	0	1	1	1	1	9,7	***
<i>Não-agrícola</i>	0	0	0	1	1	11,2	**
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	2	1	1	2	-	-
Empregados	0	0	0	0	0	-0,6	
Agrícola	0	0	0	0	0	-4,5	
Pluriativo	1	1	1	1	1	-3,0	
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1	1	1	1	1	-2,7	
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	1	1	1	1	1	-2,4	
Não-agrícola	0	0	1	1	1	8,7	***
<i>Não-agrícola</i>	0	0	0	0	1	18,0	***
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	1	1	1	1	-7,9	**
TOTAL	1	1	1	1	1	-2,9	*

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações
a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.
Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Junho de 2007.

No grupo das famílias conta-própria pode-se observar uma redução significativa do número médio de mulheres ativas envolvidas com atividades exclusivamente agrícolas da ordem de 4,6% ao ano. Mas, o que contrapõe esta tendência são aquelas apresentadas pelas mulheres ocupadas das famílias não-agrícolas e das famílias com pluriatividade tradicional (combinação de atividade agrícola e outra atividade agrícola complementar)¹⁵.

Em relação às famílias de empregados também se observa uma tendência confiável de crescimento do número médio de mulheres ocupadas entre as famílias de empregados com atividades exclusivamente não-agrícolas. Vale destacar

¹⁵ Não encontramos uma explicação para este súbito aumento do número médio de mulheres ocupadas entre as famílias com pluriatividade tradicional.

também na análise das informações deste grupo a tendência de redução significativa do número médio de mulheres ocupadas nas famílias não-agrícolas que combinavam atividade não-agrícola e o trabalho doméstico. Este é um fato importante uma vez que o trabalho doméstico é um trabalho reconhecidamente precário.

Este fato é importante na medida que essa forma de combinação com trabalho doméstico resulta de um padrão muito concentrado de rendas no país, e se constitui um bolsão de ocupações para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque não exige nenhuma qualificação, conforme expôs Mello (199, p.120). A desigual distribuição de renda brasileira ajuda a explicar tal fenômeno. Mais uma vez se indica a precariedade das formas de ocupação com trabalho doméstico no sentido de proporcionar bem-estar a seus membros¹⁶.

Em síntese, a análise da evolução do número médio de mulheres ativas entre os diferentes tipos de famílias nas áreas rurais não-metropolitanas paranaenses aponta para os seguintes aspectos: uma tendência geral de redução do número médio de mulheres ocupadas que só não alcançou uma maior magnitude devido ao aumento do número médio de mulheres ocupadas das famílias envolvidas em atividades exclusivamente não-agrícolas. A novidade é que se verificou neste período analisado uma redução confiável do envolvimento de mulheres no trabalho precário (trabalho doméstico) o que pode ser traduzido como uma melhoria nas condições anteriores.

3.1 - A participação da renda da mulher na composição da renda das famílias agrícolas e rurais paranaenses

A Tabela 4 apresenta as informações relativas à composição das rendas médias, segundo gênero (mulheres) nas áreas rurais não-metropolitanas do Estado do Paraná no ano de 2005.

Como se pode observar nos resultados, a participação da renda das mulheres na composição das rendas médias das famílias nas áreas rurais em 2005 apresentou a seguinte composição: a fonte de renda *não-agrícola* é a que apresenta

¹⁶ Hildete P. de Mello, estudiosa da questão do trabalho doméstico no Brasil, declarou em entrevista para Soares (2005), que: "Os altos salários são casos pontuais. A média é realmente ainda muito baixa". Segundo ela, "os números da PNAD de 2001 mostravam que apenas um terço dos empregados domésticas tinha carteira assinada no país".

a maior proporção dentre as demais representando mais de 40% da renda total. Duas outras fontes de renda são também muito importantes: as rendas originárias de transferências sociais (aposentadorias/pensões) que atingem quase 34% do total das rendas, e por fim, as rendas agrícolas com participação de aproximadamente 17% em relação ao total.

As chamadas “outras rendas” são menos importantes representando em torno de 7% na composição das rendas médias familiares. Esse resultado encontra-se de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que “outras rendas são muito menos importantes” na composição da renda familiar rural (MACKINON et al., 1991, p. 63). Todavia, vale ressaltar a importância das rendas não-agrícolas na composição das rendas das mulheres rurais paranaenses.

Tabela 4 - Composição das Rendas Médias das famílias, segundo gênero (mulher): Paraná, 2005 (R\$ set. 2005)

Local Domicílio / Tipo De Família	Agrícola (%)	Não-agric (%)	Apos/pens (%)	Out_font (%)	2005 (R\$)
Não Metro Rural Agrop.	16,9	42,3	33,9	6,8	204,83
Empreg. mais de 2 emp.	0,0	100,0	0,0	0,0	85,71
Não-agrícola	0,0	100,0	0,0	0,0	120,00
Empreg. com até 2 emp.	29,8	47,3	21,6	1,3	563,37
Agrícola	67,8	0,0	32,2	0,0	443,41
Pluriativo	9,3	53,3	32,5	4,9	431,33
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	9,3	53,3	32,5	4,9	539,17
Não-agrícola	0,0	100,0	0,0	0,0	1.333,33
Conta-Própria	16,5	36,4	41,2	5,9	181,49
Agrícola	26,1	0,0	65,7	8,2	148,55
Pluriativo	7,1	72,5	16,8	3,6	248,84
<i>Agrícola+Agrícola</i>	30,5	0,0	47,3	22,2	101,91
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	5,3	81,5	12,1	1,1	291,02
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0,0	64,0	31,9	4,0	276,47
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	0,0	95,7	0,0	4,3	575,00
Não-agrícola	0,0	92,6	3,8	3,7	177,67
<i>Não-agrícola</i>	0,0	90,9	5,0	4,1	151,50
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,0	97,7	0,0	2,3	387,00
Empregados	13,8	50,5	25,5	10,1	212,14
Agrícola	37,5	0,0	40,5	22,1	111,69
Pluriativo	18,4	47,9	22,7	11,0	234,32
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	22,9	42,6	23,5	11,0	314,08
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0,0	99,1	0,0	0,9	157,90
<i>Agríc.+não-agric.+Trab.Dom</i>	0,0	100,0	0,0	0,0	150,00
Não-agrícola	0,0	76,1	19,9	4,0	342,44
<i>Não-agrícola</i>	0,0	81,1	13,1	5,8	337,09
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	0,0	65,5	34,3	0,2	354,37

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Junho de 2007.

Em relação à participação da renda da mulher no caso das famílias de conta-própria é possível observar novamente uma participação expressiva da fonte de renda não-agrícola atingindo cerca de 36% da composição do total da renda. Outro aspecto que merece ser destacado é a alta participação da fonte de renda aposentadoria/pensões a qual atinge cerca de 41% da renda familiar total. A renda agrícola continua sendo a terceira mais importante contando com apenas 16,5% da renda total. No que se refere às famílias de conta-própria agrícola verifica-se uma participação maior da renda agrícola (26,1%), mas o que chama atenção é que a renda de aposentadorias/pensões contribui com quase 66% da renda familiar. Esse fato pode ser revelador de uma certa dependência destas famílias, que são comumente denominadas de “agricultores familiares”, da renda oriunda de transferências sociais na forma de aposentadorias e pensões, especialmente daquelas originárias das mulheres rurais.

Uma afirmação parecida poderia ser feita em relação às famílias conta-própria com *pluriatividade tradicional* as quais contam, também com parcela importante da renda (acima de 47%) dependente das formas de transferências sociais. Os resultados no seu conjunto confirmam o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, fato que outros autores já comprovaram, em especial Delgado e Cardoso (2000).

A análise da participação da renda da mulher no grupo das famílias de empregados revela também uma predominância da fonte de renda não-agrícola em relação às outras rendas, sendo que esta participa com acima de 50% do total da renda. A participação das rendas de transferências sociais é superior a $\frac{1}{4}$ do total das rendas, sendo que esta fonte de renda atinge mais de 40% da renda no caso das famílias de empregados agrícolas. Neste tipo de famílias percebe-se uma alta participação das rendas agrícolas (37,5%) na composição total das rendas das mulheres, ou seja, uma das mais altas percentagens deste tipo de renda entre todos os grupos de famílias.

No caso das famílias empregadoras com até dois empregados a participação das rendas não-agrícolas na composição das rendas das mulheres ocupadas é novamente bastante expressiva, sendo neste caso seguida pela presença da renda agrícola e posteriormente pelas rendas originárias de transferências sociais (aposentadorias/pensões).

Em resumo, pode-se afirmar que análise da participação das rendas das mulheres na composição da renda dos distintos tipos de famílias revela, em geral, uma participação superior das rendas não-agrícolas em relação às demais fontes de renda e, no caso da agricultura familiar, além deste fato verifica-se uma forte presença de rendas de transferências sociais sob a forma de aposentadorias e pensões. Estas informações permitem evidenciar a presença tanto na forma de ocupações, como de rendas não-agrícolas, mas também de aposentadorias e pensões originárias da presença da mulher no meio rural paranaense atualmente.

4 - Conclusões

O objetivo central desse artigo é examinar o comportamento das ocupações e das fontes de rendas da mulher residente em áreas rurais no Estado do Paraná no período 2001 a 2005.

Com as informações disponíveis é possível apresentar algumas conclusões tendo em conta o período analisado. A primeira delas é a substancial redução do número de pessoas ocupadas (homens e mulheres) nas áreas rurais paranaenses devido a uma contínua e confiável queda do número de pessoas ocupadas no universo da agricultura familiar. As tendências apresentadas em relação ao número médio de mulheres ativas apontam para uma análise muito semelhante. Este é um aspecto de particular importância devido ao fato a este grupo social se constituir de especial importância nos aspectos não apenas produtivos, mas também de geração de emprego e renda nas áreas rurais. O desenvolvimento rural ou territorial pode estar estreitamente associado às formas de produção na agricultura familiar.

Essa redução somente não tomou maior magnitude em virtude do comportamento das ocupações das pessoas em atividades não-agrícolas. Paralelamente observou-se um aumento das mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas das famílias cujos membros estavam envolvidos em atividades exclusivamente não-agrícolas no universo da agricultura familiar. No grupo de famílias de empregados também se verificou o mesmo fenômeno, apenas com maior amplitude. Ou seja, o êxodo das mulheres das atividades agrícolas levou-as a se ocuparem em atividades exclusivamente não-agrícolas, já que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade) apesar de sua importante relevância quantitativa não apresentou tendência significativa.

Em outras palavras, a participação das mulheres ocupadas em atividades não-agrícolas está aumentando significativamente contribuiu consideravelmente para "estancar" o êxodo "agrícola" que se verifica no rural paranaense entre homens e mulheres, em especial, na agricultura familiar.

A segunda conclusão é que as mulheres têm papel importante na intensa relação entre as ocupações agrícolas e não-agrícolas, e nessa última ocupação as atividades de serviços domésticas estancou e em uma das situações reduziu-se no período estudado, evidenciando melhores condições de trabalho, ou seja ocupações menos precárias e, fundamentalmente, a possibilidade de trabalhar em ocupações que não sejam uma simples extensão do seu trabalho no lar. E, sobretudo, que elas tenham a oportunidade de se relacionar com um mundo laboral apesar de fortemente discriminatório e segregacionista, mas de qualquer forma os avanços do feminismo urbano podem ser experimentados nas diversas formas organizacionais. Vale destacar que numa análise comparativa as evidências empíricas mostraram que são os homens das famílias de empregados não-agrícolas onde se verifica um acentuado crescimento do envolvimento dos mesmos com o trabalho doméstico remunerado, o que não deixa de ser surpreendente, pois como já afirmamos esta é uma ocupação caracterizada como eminentemente feminina.

A terceira e última conclusão é que a participação das rendas das mulheres na composição da renda dos distintos tipos de famílias revela, em geral, uma participação superior das rendas não-agrícolas em relação às demais fontes de renda e, no caso da agricultura familiar, além deste fato verifica-se uma forte presença de rendas de transferências sociais sob a forma de aposentadorias e pensões, rendas que são absolutamente fundamentais para a permanência e o bem-estar das famílias no meio rural, conforme já foi destacado anteriormente.

Enfim, as relações de gênero na unidade familiar rural podem sofrer mudanças mínimas em termo da divisão das tarefas não-remuneradas ou na decisão dos gastos ou outras. Alterações dessa ordem, todavia podem impactar positivamente no processo desenvolvimento rural. Mas, para tal situação tenha condições concretas de se expressar deve emergir a problemática de gênero nas formulações de políticas públicas e nas organizações rurais.

Referências Bibliográficas

- AMORIN, L.S.B. Desenvolvimento territorial rural: estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. Toledo: CCSA/UNIOESTE, 2007. (dissertação de mestrado).
- BALSADI, O. V. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos Anos 90**. Campinas, SP, Unicamp-IE, 2000. (dissertação de mestrado).
- BRUN, A. La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. **Économie Rurale**, n. 198, nov.-déc. p.3-8, 1989.
- CROMARTIE, J.; SWANSON, L. Census tracts more precisely define rural population and areas. **Rural Development Perspectives**. Washington, v. 11, n. 3, p. 31-39, 1996.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO Jr., J. C. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região Sul do Brasil**. Brasília, IPEA. 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP-I.E., 1999. (Coleção Pesquisas, 1).
- INSTRAW/ONU. **Conceitos no planejamento do desenvolvimento: uma abordagem básica**. Distrito Federal: ONU, 1995.
- KAGEYAMA, Ângela.; LEONE, Eugênia Troncoso. Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil, 1985-1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: v. 40, n. 1, p. 9-25, Jan./Mar., 2002.
- KAGEYAMA, Ângela; REHDER, Paulo. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 31, n.1, jan./mar., p.23-44, 1993.
- LAURENTI, Antonio Carlos. Terceirização dos trabalhos agrários e o "Novo Rural". **ORNAs**, ocupações rurais não agrícolas: anais: oficina de atualização temática. – Londrina, PR: IAPAR, 2000.
- LANJOUW, Peter. Rural nonagricultural employment and poverty in Ecuador. **Economic Development and Cultural Change**, v. 48, n.1, out., 1999.
- LIBARDI, Diócles e DELGADO, Paulo. A redução do trabalho agrícola no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, jan./abr., p.51-59, 1999.
- MACKINNON, N., BRYDEN, J. M., BELL, C., FULLER, A. M. & SPEARMAN, M. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in the Western Europe. **Sociologia Ruralis**, XXXI-1, p. 58-71, 1991.
- MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. In: **Cinco estudos de casos sobre serviços no Brasil**. RJ: MICT, 1998.
- MELO, Hildete Pereira de; Di SABATTO, Alberto. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e a política pública no Brasil. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gênero, agricultura familiar e reforma**

- agrária**. Brasília MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, p. 46-87, 2005.
- MOMSEN, Janet Henshal. **Gender and development**. London: Routledge Perspectives on Development, 2004.
- NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2005, 218p. (tese de doutoramento)
- NASCIMENTO, Carlos Alves. **Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999**. Campinas: UNICAMP, 2002, 153 p. (dissertação de mestrado).
- OSAKABE, Erika. Caracterização do trabalho feminino no rural brasileiro: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, Ribeirão Preto. **Anais**. Ribeirão Preto: SOBER, 2005 (CD-Rom).
- SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio. **Desarrollo territorial rural**. Chile: Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2004. (serie de documentos debates y temas rurales)
- SILVA, Maurem F. da; ALMEIDA, Joaquim. A. J.; SOUZA, Marcelino de. O turismo rural e as organizações sociais locais no distrito de São Pedro, Bento Gonçalves – RS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 5, p. 335-344, 2005.
- SOARES, Pedro. **Emprego doméstico lidera a retomada**. Folha de São Paulo. Caderno Dinheiro. 06/03/2005.
- SOARES, SERGEI SUAREZ DILLON. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Brasília: IPEA, 2000. (texto para discussão, 769)
- SOUZA, Marcelino. **Atividade não agrícola e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. Campinas: UNICAMP – Feagri, 2000. (tese de doutorado)
- SOUZA, Marcelino. Agricultura, ocupações e rendas das pessoas nas áreas rurais do Estado do Paraná: 1992-99. **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre-RS, v. 25, n.2, p. 523-543, 2004.
- STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo, SHIKIDA, Pery Francisco Assis, BACHA, Carlos Caetano. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo**, v.47, n.1, p.57-70, 2004.
- SUZUKI JR., Julio Takeshi. A agricultura paranaense e o aproveitamento econômico das novas fronteiras agrícolas. **Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 23, n.9-10, p.12-14, set./out , 2001.
- VASCONCELOS, José Romeu de; CASTRO, Demian. **Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 624).
- WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. **Revista de la Cepal**, 62: 75-90, ago., 1997.